

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

FERREIRA, Luiz Alves. Luiz Alves Ferreira (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 30min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Luiz Alves Ferreira
(depoimento, 2004)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: São Luís - MA - Brasil;

Data: 08/09/2004 a 09/09/2004

Duração: 1h 30min

Arquivo digital - vídeo: 2; Fita cassete: 3; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou por ter fundado o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), e por seu cargo como primeiro presidente da entidade.

Temas: Assuntos familiares; Discriminação racial; Educação; Família; Formação acadêmica; Formação escolar; Formação profissional; Maranhão; Medicina; Movimento estudantil; Movimento negro; Música; Negros; Política; Questão agrária; Racismo; Saúde pública;

Sumário

1ª Entrevista: 08.09.2004

FITA 1-A: Origem familiar; comentários sobre a trajetória da avó paterna; lembranças das habilidades musicais da família do entrevistado; críticas às técnicas de plantio na região do Vale do Rio Parnaíba; trajetória educacional do entrevistado; informações sobre a Campanha Nacional do Educandário Gratuito; a participação do entrevistado no movimento estudantil no Maranhão; a entrada para a faculdade de Ciências Médicas da Sociedade Maranhense de Cultura Superior (1966) e a opção pela medicina; críticas à política educacional brasileira; comentários sobre a criação da Universidade do Maranhão.

FITA 1-B Breves recordações da experiência no movimento estudantil da faculdade; comentários sobre as comemorações pela formatura do entrevistado (1971); debate sobre a importância da valorização da identidade negra; a cobrança da família para o entrevistado seguir a carreira política, considerações sobre os dois anos de estudos em patologia na Universidade de São Paulo - USP; comentários sobre a situação do sistema de saúde nas comunidades pobres e negras; a trajetória profissional do entrevistado após a formatura; lembranças do contexto da fundação do Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN (1979); breves comentários sobre Lélia Gonzalez; explicações sobre a organização do CCN.....p.1-28

2ª Entrevista: 09.09.2004

FITA 2-A A questão da terra como estratégia de luta do CCN; discussão sobre a importância dos quilombos no Maranhão; informações sobre o 2o Encontro Norte-Nordeste; comentários sobre as formas de atuação do CCN durante a gestão do entrevistado; novas informações sobre a organização do CCN; longos comentários sobre a saúde pública no Brasil; balanço das diferentes formas de militância do entrevistado.....p.28-40

1ª Entrevista: 08.09.2004

V.A. – Hoje é dia 08 de setembro, dia de São Luís, não é senhor Luiz?

L.F. – Dia da fundação da cidade de São Luís.

V.A. – E o senhor tem o nome do fundador da cidade. No dia de São Luís é a entrevista com o senhor Luiz Alves Ferreira...

L.F. – Professor.

V.A. – Com o professor Luiz Alves Ferreira. Então professor Luiz, nós estamos fazendo um projeto, o senhor já teve oportunidade de ouvir inclusive a exposição sobre o nosso trabalho hoje de manhã no GT, Grupo Temático que nós expusemos qual é o objetivo do nosso projeto. E a ideia é recuperar a história do movimento negro no Brasil através da voz dos seus líderes. Então o senhor foi o fundador do Centro de Cultura Negra do Maranhão em 1979 e nós queremos saber da sua experiência, a sua atuação nesse movimento, inclusive nessa instituição. Mas antes disso, nós gostaríamos de saber um pouco da sua trajetória, como que o senhor chegou, em 1979, a estar neste grupo que fundou o CCN e foi o primeiro presidente.

L.F. – É verdade.

V.A. – Então queremos saber primeiro quando o senhor nasceu, onde o senhor nasceu... a gente vai começar de sua formação para acompanhar a sua trajetória de vida.

L.F. – Eu nasci na Chapada (Serrado), entre a data de terra Saco das Almas Santa Cruz e a data de terra São Raimundo. Mas na área pertencente à data de terra Saco das Almas Santa Cruz, onde vive a comunidade quilombola, Saco das Almas Santa Cruz.

V.A. – Então o senhor é egresso ou o senhor é também da comunidade remanescente de quilombos?

L.F. – De quilombos e quilombola Saco das Almas Santa Cruz. Hoje está sendo destruída indiscriminadamente pelo plantio de soja, que está afetando as comunidades Saco das Almas Santa Cruz, porque o agrotóxico é jogado de avião e está caindo lá em baixo nas comunidades. Eu sou da região, já estive lá reunindo e algumas pessoas da região já estão se sentindo prejudicadas com o agrotóxico.

V.A. – Fica perto de que município?

L.F. – A data de terra fica... eu nasci na parte pertencente ao município de Brejo, mas a data de terra pertence ao Brejo e ao município de Buriti, no Maranhão.

V.A. – Qual era o nome do pai do senhor?

L.F. – Meu pai é José Martins Ferreira, negro. Muito mais negro do que eu, com uma visão, uma certa liderança, ele ajudou até a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo. Tinha uma certa liderança. Agora, a minha família mais próxima está mais na fazenda Santa Cruz, que pertence à data Saco das Almas. Eu tenho cinco tios lá. A minha mãe não é negra, é filha de nordestinos com descendentes de índio. Então minha mãe era branca-índia com o cabelo cumprido aqui, quem estuda antropológicamente vê que ela era índia. Hoje estudando eu vejo que ela era índia.

V.A. – Qual era o nome de sua mãe?

L.F. – Maria Alves Ferreira.

V.A. – E que dia que o senhor nasceu?

L.F. – Eu nasci no dia 16 de outubro de 1944. Parteira leiga, não tinha médico na região. Não tinha médico e as comunidades não eram assistidas.

V.A. – E irmãos? O senhor tinha irmãos na casa?

L.F. – Eu sou filho único.

V.A. – Único? É uma coisa diferente nessas comunidades, não é?

L.F. – Agora, é preciso colocar que tem uma pessoa importante na vida da comunidade, dessa comunidade onde eu nasci. As mulheres que eram mais importantes. A minha avó foi uma mulher importante.

V.A. – Avó mãe do seu pai?

L.F. – Mãe do meu pai. A mãe da minha mãe eu não conheci e morreu, se chama Leocádia Maria da Conceição. Ela tinha liderança, era parteira leiga, passava remédio, dançava tambor, tinha uma liderança na comunidade. Ela morava na fazenda Santa Cruz, no município de Buriti, essa que eu estou falando e aí teve algum problema com o dono da fazenda, que era descendente da família Castelo Branco, Rodrigues que tratava as pessoas negras quase como semiescravos até pouco tempo, apesar de ter... Bom, ela saiu dessa fazenda para uma outra fazenda. Tinha dois filhos. E a partir daí...

V.A. – E ela que fez o seu parto?

L.F. – Não. Ela não fez o meu parto. Quando minha mãe nasceu, a ética existia, ela chamou uma comadre dela para fazer o meu parto.

V.A. – Por quê?

L.F. – Porque ela achava que não ia fazer o parto da nora dela, porque tinha implicações. Não é que ela achava, intimamente sabia-se que tinha implicações psicológicas de ordem mais de aproximação. Então ela não fez. Chamou a comadre dela e ela estava perto observando o parto que foi feito. Então foi isso realmente.

V.A. – E o senhor ia falar da comunidade, de onde é, da região.

L.F. – Daí, eu me lembro que meu pai morou em um lugar lá chamado Bebedouro, nessa região de Bebedouro na data de terra Saco das Almas. Depois, as pessoas que se diziam donos da terra queriam botar as pessoas para fora. E meu pai, antecipando isso, saiu. Foi morar em outra comunidade. Comprou um pedaço de terra de dez hectares e começou a trabalhar com meu tio, eram dois irmãos. Já meu tio, aprendeu a trabalhar em uma terra lá do senhor Zuza Vieira. Desde os oito anos que ele trabalhava na roça. Depois eles eram grandes, 16,17 anos, tinham habilidade para a música. Meu pai tocava bateria, tambor, essas coisas e meu tio tocava sanfona, ele aprendeu. E aí, eu acho que esse moço até ajudou com alguma coisa, com alguma fiança...

V.A. – Qual moço?

L.F. – Esse senhor Zuza Vieira, para comprar uma sanfona e os ingredientes de tambor. E eles tiveram uma sanfona durante uns 20, 30 anos que eu participei. Então eu fui criado ouvindo eles treinando na minha casa para ir tocar nas festas, em tudo. Tocavam muito bem. Eu fui criado ouvindo Luiz Gonzaga. Eu nasci em 1944, da década de 50 até 60, eu estava lá.

V.A. – Mas o seu pai comprou uma terrinha junto com o seu tio.

L.F. – Com meu tio.

V.A. – Como é que eles conseguiram dinheiro para comprar?

L.F. – Trabalhando de roça, vendendo aqui, ali, as contradições do trabalho de roça, e acumularam lá alguma coisa de renda, e o cavalo e tudo, e trocaram e foram pagando devagar. Aí a pessoa era compadre dele, e a pessoa ia embora, ia sair de lá. Essa cidade fica no vale do rio Parnaíba.

V.A. – Qual cidade?

L.F. – Brejo. Fica no vale do rio Parnaíba, na bacia hidrográfica do vale, região do baixo Paranaíba, que está sendo degradada (isso eu faço questão de dizer) atualmente

pela política de plantio da monocultura que está sendo implantada e estimulada pelo governo federal na região, que do ponto de vista ambiental, no ponto de vista científico, não permite isso.

V.A. – De soja?

L.F. – De soja e de eucalipto. Será deserto no futuro segundo... eu sou médico, segundo os geógrafos e as pessoas que entendem, a continuar esse processo, será deserto. Esta região do baixo Parnaíba, de Buriti até os Lençóis Maranhenses. Vai afetar os Lençóis Maranhenses. Então esse é um ponto que eu quero acrescentar, que já está afetando as comunidades na região. A população está saindo do campo para as cidades, formando as favelas nas cidades da região do baixo Parnaíba: Buriti, Brejo, Anapurús, Santa Quitéria, Milagres do Maranhão, São Bernardo e Chapadinha. Então está havendo uma favelização e um aumento da pobreza nesta região, que é a região mais pobre do estado do Maranhão. Então a política que está sendo implementada lá é prejudicial às populações de menor renda e à agricultura familiar. Além de poluir parte da bacia hidrográfica, dos rios e riachos que alimentam o rio Parnaíba, ou que caem no rio Parnaíba ali, e que as populações já me dizem. Eu prevejo um desastre daqui a uns dez anos. Não adianta ter programa Fome Zero. A minha análise é científica e política, porque eu estou estudando a região. E já tem um trabalho do professor Lemos, da Universidade Federal do Ceará, mostrando que é a região mais pobre, de menor renda do Maranhão. Ele é um estudioso estudando a desigualdade e o Índice de Desenvolvimento Humano, lá é o mais baixo do estado, a região.

V.A. – O senhor foi criado na roça?

L.F. – Não. Aí fui criado na roça até os nove anos. Aos nove anos meu pai me botou para estudar em Brejo e eu fui para a casa de uma senhora, Zélia Teles, que eu chamo de tia, mas só que o pai de Zélia era pai do meu tio. Minha avó tinha dois filhos, um filho de um pai e um filho de outro. E essa senhora que morava no Brejo era irmã do meu tio, não era irmã do meu pai. E eu fui morar lá com meu primo, um primo que foi estudar lá. Nós fomos para estudar. Ela não tinha filhos, era como se fosse nossa mãe.

V.A. – Ela era casada?

L.F. – Com o senhor Diomar Teles. E aí eu fui estudar, cheguei lá e fui para o alfabeto com o primeiro professor Doca Santos, depois o professor Padilha, depois fui para o Educandário Pio XII, em Brejo. O Educandário Pio XII era um colégio da paróquia onde estudavam as pessoas que queriam ser padres, chamavam de pré-seminário. Tinham os externos, que não tinham batismo e tinham os internos. Eu era externo. E eu estudei neste colégio durante quatro anos. O diretor era o monsenhor Pedro Santos, filho da terra, um padre muito culto que educou uma geração lá em Brejo. E nesse colégio eu fui, do primeiro ao quarto ano primário, o primeiro aluno da turma. E aí criaram o ginásio: Ginásio da Campanha Nacional do Educandário Gratuito, em 1959. Em 1962 eu terminei o ginásio. E a professora disse: “Olha, só você vai fazer o exame de admissão.” Nessa época tinha o exame de admissão. E eu fiz o exame de admissão. Na minha turma de 50, só eu fui tirado para fazer o exame, porque ela disse que só eu tinha condições de passar. E aí eu fiz e passei, e fui estudar o ginásio no Ginásio da Campanha Nacional do Educandário Gratuito. Porque nessa época só tinha um colégio público no Maranhão, o colégio do Estado, que era o Liceu e o Instituto de Educação em 1962.

V.A. – Eu não entendi esse nome cumprido: ginásio...

L.F. – CNEG, Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, era tipo uma ONG, no Brasil todo, mais no Nordeste. Fundado em Recife por Felipe Tiago Gomes. Eles eram estudantes da faculdade no Recife, um grupo de alunos, e como viam as pessoas sem escola, eles foram ensinar nos bairros. Aí surgiu a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

V.A. – E como é que se financiava essa Campanha?

L.F. – Era com as doações da população e com recursos que às vezes um deputado colocava no orçamento, prefeito, era assim...

V.A. – Mas os alunos não pagavam.

L.F. – Não pagavam. Era gratuito. Alguns talvez dessem alguma coisa, quem pudesse mais podia dar alguma renda para comprar alguma coisa, mas eu, pelo menos, não paguei. Às vezes as pessoas faziam uma certa triagem: “Quem pode pagar, dar alguma contribuição para o colégio?” Meu pai podia chegar e falar: “Eu vou dar isso.” Algumas pessoas podiam, era uma coisa solidária. Então tinha no estado do Maranhão todo, no nordeste todo. Se não fosse o ginásio da CNEG, talvez eu não estivesse aqui fazendo esta entrevista, não tinha conseguido estudar. Bom, aí fiz o ginásio, participei do grêmio estudantil. Sempre debati política, sempre discuti, e já percebia as coisas, já observava questões.

V.A. – O que o senhor percebia?

L.F. – As contradições, não digo que chamava de discriminação porque não tinha percepção. Mas eu percebia: como é que não tinha escola na comunidade? Como é que tinha aquela porção de gente e não tinha... Eu fui porque meu pai, com muita habilidade, com muita luta, me botou para estudar. Mas a grande parte da população não tinha estudo. Eu saí do lugar e fui morar em lugar, Santa Tereza. Quando saímos de lá fomos para Santa Tereza. Lá que eu me criei, onde papai tinha uma terra e ele criava bode, ele estudava, e ele me botou para estudar mas pagava professor para ensinar os filhos dos lavradores. Ele sempre fez isso. E não era mais na comunidade, estava perto da comunidade dele.

V.A. – Essa era a terrinha que ele comprou junto com seu tio?

L.F. – Comprou.

V.A. – A terrinha chamava Santa Tereza?

L.F. – No lugar Santa Tereza, ainda existe lá. Hoje lá tem um colégio, tem ginásio, tem tudo isso.

V.A. – E ele tinha lavradores nessa terra?

L.F. – Não. Só ele e meu tio.

V.A. – E ele pagava professor para os lavradores de outras terras? Não entendi.

L.F. – Quando ele me botou para a coisa, eles faziam contas lá e davam um jeito de arranjar uma professora que dava aulas e pagavam para a professora para dar algumas aulas, como se dizia, desarnar, aprender a ler pouca coisa.

V.A. – Desarnar? O que é isso?

L.F. – Desarnar é aprender a ler.

V.A. – Nunca ouvi isso. Desarnar?

L.F. – Pois é. Desarnar é aprender a ler. É um termo que se usa lá: “Menino, você vai desarnar aqui a aprender o alfabeto.”

V.A. – Olha, vivendo e aprendendo. Tinha que saber, desarnar...

L.F. – E aí, minha avó foi uma pessoa importante. Agora, depois eu convivi pouco. E daí eu vim para Brejo, estudei, fiz vestibular no Liceu, porque para entrar no colégio estadual era um vestibular. Passei no Liceu, vim para estudar à noite, mas não consegui um emprego, aí meu pai mandava...

V.A. – Liceu já é ensino médio, já é segundo grau?

L.F. – Segundo grau, colégio estadual do Maranhão.

V.A. – Esse fica aonde?

L.F. – Aqui. É um dos mais antigos do Brasil.

V.A. – Então o senhor saiu do Brejo e veio para São Luís?

L.F. – Para cá. Era o único colégio para fazer o científico, ou clássico. Quem fosse fazer o científico, era na área técnica e quem fosse fazer o clássico... Aí eu vim, fiz a prova de seleção, era muito difícil, estava preparado, para estudar no Liceu. Passei, comecei a estudar a noite. Depois voltei... como meu pai mandava dinheiro e dava para eu comer... Eu vim morar na casa do estudante secundário, União Maranhense dos Estudantes Secundários.

V.A. – O senhor se lembra quando foi isso?

L.F. – De 1963 a 66. Até aí eu estava estudando no Liceu. Aí eu passei a estudar, ao invés da noite, passei a estudar de dia. Fiz o primeiro científico à noite, o clássico, depois eu passei para o segundo ano científico de dia. Porque o dinheiro que meu pai mandava dava para comer e eu não estragava, se dava comer, dava para a gente sobreviver na casa do estudante. Era um ambiente coletivo, um ambiente solidário. Tinha uns 70 jovens.

V.A. – Deixa eu voltar um pouquinho. O senhor estava explicando que lá em Brejo, já na escola, acho que no ginásio, o senhor já participou de movimento estudantil.

L.F. – Sim.

V.A. – E o senhor estava dizendo que começou a perceber as diferenças e que... isso vem de quem? Isso vem da sua avó?

L.F. – Eu acho que a minha avó, eu sempre vi que a minha avó era uma grande lutadora. Eu percebia lá, ela conversando, ela tinha autenticidade, ela tinha força. Podia não ser uma dimensão política, mas uma dimensão de resistência. Tanto que ela saiu da terra e foi morar em outra terra para criar os filhos. Então ela tinha influência sobre a gente. Minha mãe era mãe solteira, era pai e mãe, tudo e ela botou o nome de todos os netos, ela dirigia tudo. Botou o meu nome, dos meus primos todos. Quando nascia era ela que botava os nomes. Naquela época você colocava o nome pelo almanaque, o santo do dia.

No dia que levava o meu nome não, meu nome vai ser Luiz. Era relacionado a um irmão dela que tinha vindo embora para São Luís e nunca mais viu. Ela botou o nome Luiz. Então ela tinha força sobre todo mundo. Força moral, tudo isso.

V.A. – E no ginásio lá em Brejo, qual era a sua participação, que o senhor falou, no movimento estudantil?

L.F. – Lá tinha um Grêmio Estudantil Brejense. Eu fui orador do Grêmio Estudantil Brejense. Discursava, discutia, tudo isso. Grêmio Estudantil do Ginásio Brejense. Até 1963 eu participava do Grêmio, de tudo isso. Eu me lembro bem que uma vez... tinha as comemorações, e lá tinha professor que fundou o ginásio com o monsenhor Pedro Santos, que era muito importante, Artur Amaro Lima Filho. Ele hoje é até desembargador. Um homem que tinha uma cultura e conversava muito com a gente. E eu me lembro que tem uma passagem... eu já lia. Li toda a biblioteca do ginásio, as obras do Rui Barbosa que tinha lá... e eu me lembro que tem uma passagem, nessa época eu era orador do Grêmio e tinha uma comemoração do dia da proclamação da República. Eu me lembro disso e nunca esqueço, eu disse: “Proclamada está a República, mas precisa proclamar a independência econômica e social deste país.” Me lembro muito bem que disse isso.

V.A. – Que idade o senhor tinha?

L.F. – Eu tinha uns 14 ou 16 anos.

V.A. – O senhor já estava muito consciente então.

L.F. – Naquela época já estava. Eu me lembro que o monsenhor estava na mesa, o padre que era o diretor do ginásio então, e eu falei isso muito bem, que existia a proclamação da República, mas precisava proclamar a independência econômica e social da população brasileira, do povo brasileiro. E aí eu acho que hoje nós estamos fazendo um trabalho nesse ponto. Eu considero que a gente tem, na minha posição agora, nós negros, essa mistura que a gente sabe que existe, eu sou negro politicamente, eu sou negro eticamente. Mas minha bisavó, minha tataravó era índia, a tia da minha mãe tinha

sangue de índia. Então é essa junção. Mas qual é a população que está realmente sofrendo, que o Estado não tem responsabilidade? Ou que o Estado excluiu? É a população negra. Eu costumo dizer: “não só a população negra, a população indígena: as duas.” Eu não falo só em nome da população negra. Falo mais em nome dela porque é a maioria. Mas no meu entender no Maranhão, qual a população que está sofrendo? Que as políticas públicas não chegam lá? E que às vezes o recurso é desviado em nome das comunidades negras e das comunidades indígenas. A gente sabe que isso ocorre. O jornal dá tudo isso. Então eu acho que é o papel da gente. Esse é o ponto central que a gente tem.

V.A. – Então o senhor chega em São Luís entre 1963 e 66...

L.F. – Entre 63 e 66 estudei. Participei também do movimento estudantil do Liceu, do Grêmio Estudantil Liceísta, do grupo lá. Aí veio o Golpe de 1964. Com o Golpe a coisa complicou. Mas eu continuei estudando e fiz o vestibular. Eu não estudava em cursinho. Naquela época muitos colegas que podiam pagar cursinho e estudar, pagavam. Eu não estudei. Primeiro porque eu não podia pagar. Estudar em cursinho... Biologia, Matemática, essas coisas eu sabia. Eu tinha um colega que estudava no cursinho e nós estudávamos Física.

V.A. – O senhor não estudava em cursinho?

L.F. – Não. Eu estudava Física. Eu pensava: “se eu passar em Física...” O vestibular era eliminatório por disciplina. Ainda não existia a Universidade Federal do Maranhão. Era Faculdade de Ciências Médicas da Sociedade Maranhense de Cultura Superior, ligada a Universidade do Maranhão, onde a Igreja que comandava a Universidade do Maranhão que foi criada por dom José de Oliveira Delgado.

V.A. – É onde o senhor João Francisco trabalhava. Ele trabalhava nessa faculdade.

L.F. – Pois é. Mas eu falei, a faculdade foi criada inicialmente pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior, Somacs. E aí ela criou a faculdade e eu estudei aí. Fiz o vestibular em 1966, passei. O que é difícil...

V.A. – Por que o senhor foi fazer Medicina?

L.F. – Olha, eu nem sei. Talvez... Eu pensei em fazer outras coisas, de repente fiz Medicina. Não sei se tinha influência porque quando eu tinha 7, 8 anos de idade minha mãe adoeceu muito e não tinha médico na região. Eu me lembro que meu pai conseguiu lá arrumar um dinheiro com uns amigos e com umas pessoas e ela foi para Parnaíba, que fica a 180 Km de barco, para ser operada, tratada, mas não conseguiu, não deu jeito. Aí foi para Teresina depois de ônibus, aqueles “pau-de-arara”. E lá operou. E aí, ela me contava todo o drama que sente uma pessoa da roça, e que continua. Melhorou profundamente, na medida em que nós criamos o Sistema Único de Saúde, que é um dos sistemas mais democráticos do mundo, mas que precisa melhorar, precisa humanizar. A população está tendo seu direito, porque a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Então nessa época minha mãe era lavradora e não tinha direito a nada, era indigente. Eu me lembro que meu pai, para operar minha mãe em Teresina, vendeu a máquina de costura.

V.A. – Logo a máquina de costura que era tão importante.

L.F. – E ele pagou. E eu tentei depois conseguir essa máquina e não consegui depois. Não consegui a máquina.

Talvez isso. E meu pai queria que eu fizesse Medicina, mas não disse para ele o que eu ia fazer. Ele não dizia não, ele não me induzia para as coisas. Era um homem muito do diálogo. Ele era uma pessoa de muito diálogo. E aí quando fui me inscrever disse: “Vou me inscrever em Medicina.” E eu não queria fazer ali. Eu queria fazer uma boa universidade, melhor que ali. Eu não podia. Eu tinha consciência do que eu estava pensando. Pensava em fazer em Brasília, eu estava começando o curso e pensava em fazer fora. Mas não podia sair porque eu não podia me manter. Eu já tinha consciência que eu tinha que fazer em uma boa universidade. Qual é a boa universidade? A universidade pública. Qual é a universidade pública? E a universidade pública, eu quero dizer aqui, é a única salvação da soberania nacional. É preciso que ela seja mudada, para entrar mais negros, mais índios e mais pobres. Mudar o vestibular, a maneira de fazer as coisas e democratizar a entrada nela. Eu estou só aproveitando esse gancho para colocar

isso. Até porque, quando eu vejo o governo – e aí é uma crítica que tem que ficar registrada – querer propor comprar vagas em universidades privadas e o ministro vai dizer que é para dar para negros e para brancos pobres e para índio, eu considero uma nova forma de escravidão. Um dia desses eu estava em um debate e disse isso, é a minha leitura. Porque basta o Estado brasileiro investir profundamente na universidade pública, fazer com que ela tenha mais compromisso, aí é um outro dado. O que é investir? Botar recurso. Por exemplo, se o Estado brasileiro investisse agora um bilhão de reais na universidade pública, nós temos dados disso no departamento de Economia aqui, nós botaríamos 400 mil estudantes na universidade pública. Porque a soberania nacional se faz com a universidade pública. Tem um trabalho da SBPC, que eu fui secretário regional, coordenado pelo professor Alfredo Bori no ano de 2000, analisando a universidade pública e a universidade privada. E pegou os três países centrais, França, Estados Unidos e a Inglaterra – a professora Carolina Bori, ex-presidente da SBPC, também participou dessa comissão – e o que a SBPC chegou na conclusão? Em torno de 99% dos estudantes na França e na Inglaterra estão em universidades públicas. Até mesmo nos Estados Unidos, ele diz lá: “72,4% dos estudantes estão em universidades públicas.” Como é que em um país que a população não tem renda, você vai ampliar a universidade privada? Nós não vamos ter um país independente. Essa é a posição que a gente coloca. Nós estamos até discutindo, estamos em greve, e na minha posição, eu sou do conselho do nosso sindicato, eu não estou nem defendendo meu salário. A minha posição política, ética e filosófica lá dentro, eu estou defendendo em primeiro lugar a universidade pública. Porque por ela ser pública aumenta as vagas, aí tem que ter recursos. Aí aumenta as vagas. Vamos democratizar a entrada nela, para entrar mais negros, modificar o vestibular; não um vestibular feito para o ensino privado. Isso que a gente defende nesse ponto aqui. Aí entrava mais [incompreensível] que eu não entrei na pública.

V.A. – Pois é, a sua faculdade? Eu ia perguntar: ela era particular?

L.F. – Essa faculdade era particular. Em 1966, eu entrei em janeiro de 66, fiz vestibular, passei, tinha prove de Psicologia, de Física, Matemática... nesse ponto eu acho que eu não fui discriminado. Não sei se eu fui, mas pelo menos eu acho que não fui, porque às vezes o cara discriminava na Psicologia, era “tête-à-tête”, mas a prova era escrita. Pode

ser que não. Mas passava muito negro, aqui passou. Até porque a maioria no estado é negra, tem isso. Aí fiz o vestibular, e quando foi em outubro de 1966, dia 21 de outubro foi criada a Universidade Federal do Maranhão em plena ditadura. Mas nós, quando estávamos no Liceu, eu e meus companheiros, nós já brigávamos para ela ser criada. Ela já estava para ser desde o governo de João Goulart.

V.A. – Nessa luta...

L.F. – A universidade começou a ser criada nessa época, mas teve o Golpe de 64 e a coisa... A gente era do supletivo secundário e a gente participava para criar, teve greve e tudo isso. Então ela foi criada em 1966. Então eu sou da primeira turma da Universidade Federal do Maranhão.

V.A. – Porque a Universidade do Maranhão incorporou essa faculdade?

L.F. – Incorporou a universidade particular. Ela tinha só três cursos federais: Direito, Odontologia e Farmácia. Incorporou os outros cursos: Medicina, Serviço Social, Filosofia... Incorporou isso e fez uma fundação, a Fundação Universitária do Maranhão, administrada parte pelo governo federal e parte com uma participação da Igreja, que era a sociedade que participava a Igreja, dom Delgado. Então foi nomeado primeiro reitor Pedro Neiva de Santana, que era um médico. Pedro Neiva, professor de Medicina Legal, de origem das oligarquias rurais maranhenses. E o vice-reitor, representante da Igreja, foi o reitor pedagógico, professor padre Cônego José Ribamar Carvalho. Era cônego, negro, brilhante. Quando terminou o curso aqui dele na Igreja, eu sei que ele foi fazer um curso em Paris, que a Igreja mandou. Uma pessoa brilhante. Aí o reitor saiu e ele assumiu. Eu acho que ele foi um dos grandes reitores da universidade, não pensando a sua posição ideológica, mas ele foi naquele momento histórico. Era um homem de uma habilidade, e um negro: cônego José Ribamar Carvalho, representante da Igreja. O outro, reitor administrativo, era o professor Mário Martins Meireles, o nome daquele auditório. Mas a figura que realmente marcou foi o cônego Ribamar Carvalho.

V.A. – E o senhor entrou na faculdade em 1967?

L.F. – 1966. Fiz o vestibular em janeiro de 66. Comecei o ano em março de 66.

V.A. – E o senhor pagava a faculdade?

L.F. – Não pagava não. No início tinha uma taxa lá, mas não paguei não. Depois incorporou e ninguém pagou mais.

V.A. – Aí o senhor entrou em 1966...

L.F. – Terminei em 1972. Não perdi nenhum ano. Fiz parte do Centro Acadêmico dom José Delgado, da Faculdade de Medicina. Fui secretário geral do diretório. E o presidente era o outro colega Chico Viana, que é médico e jornalista...

[FINAL DA FITA 1 – A]

L.F. – Quando eu ia me candidatar a presidente do diretório acadêmico, fecharam os três diretórios. Porque depois de 1964 os três diretórios ficaram ainda, Medicina, Serviço Social e Filosofia. Até foi preso um companheiro de Filosofia, depois o Chico Viana foi preso também e José Bonifácio. Mas eu ia ser candidato e fecharam o diretório. Bom, terminado o curso, nós estávamos em plena ditadura, em plena exceção, ninguém podia... aí eu fui ser monitor de Patologia. Quando eu passei no terceiro ano, eu cheguei para o professor: “Olha professor, quero estudar Patologia.” Esse professor era sobrinho, eu nem sabia, da mulher daquele moço onde meu pai foi trabalhar, saiu da fazenda Santa Cruz para a fazenda Buritizinho. Eu fui saber depois. Croce do Rego Castelo Branco, uma figura muito importante, da família Castelo Branco, mas uma pessoa muito boa. Aí ele era professor titular, fundador da faculdade, aí eu disse: “Professor, eu quero estudar Patologia. Quero aprender.” E ele me levou e eu aprendi, depois ele me nomeou monitor, eu e uma colega, Maria de Jesus Almeida Couto, que é negra mas não se assume, mas é negra. Como eu também assim. Aí, terminado o curso, nós fomos para... monitor voluntário... Quando foi no mesmo ano de 1971 o governo estabeleceu monitoria oficial, e tinha uma bolsa. Foi o primeiro programa de monitor oficial e eu participei em 1971. Eu estava em um congresso em Campina Grande, aí eu vim para cá, cheguei dia 30 de julho para fazer a prova. E a secretária disse: “Menino, você não vai fazer a prova de monitor?” Aí eu fiz a prova com a Maria de Jesus,

passamos e recebi uma bolsa. Entrei no programa oficial do Ministério de Educação de monitoria, eu sou do primeiro grupo. Fui só seis meses. Depois fui para Ribeirão, aí terminei o curso de Medicina... Bom, 19 de dezembro de 1971 fui para Brejo, minha tia Zélia que era do interior já fez uma missa. O monsenhor Pedro fez um convite, uma festa na cidade. Festa assim: um jantar, primeiro uma missa, estava cheia a igreja, tinha muitos amigos dela, porque ela era muito católica, e muitos amigos meus de infância estavam lá. Foi uma vitória, não minha, mas de todo mundo. Porque eu sou o primeiro negro formado no século XX naquela região como médico, no município de Brejo.

V.A. – A sua mãe estava lá?

L.F. – A minha mãe estava e meu pai, a igreja cheia.

V.A. – E sua avó?

L.F. – A minha avó já tinha morrido há muito tempo. Isso na cidade, depois teve uma festa no interior. Meu pai fez uma latada onde ele morava, é uma cobertura de palha, chama-se latada, uma cobertura de palha grande e, ele criava bode, galinha, porco, ele matou uns 15 bodes, uns porcos, ganhou de outros de presente e tudo. E ele já não tocava mais. Quem tocava e tinha uma orquestra era um primo dele, todos primos. E aí eles foram tocar e foi lá um dia, o padre foi para lá, e depois à noite teve o churrasco e a festa dançou lá o dia todo, o pessoal alegre... muita gente nem me viu nesse dia direito. Acho que foi uma alegria para a comunidade. Ainda hoje a gente passa lá e se lembra. Acho que foi uma vitória do homem do campo, do lavrador, de uma população negra, aí entrou todo mundo, não entrou só a comunidade quilombola. Não estou mais lá, estou na Santa Helena, foi lá a festa. Entrou todo mundo que é lavrador. Na casa do meu pai, quando ele reunia, todo mundo ia conversar no fim de semana, discutir, ele tinha um certo, não digo carisma, uma certa habilidade para conduzir as coisas. Era um diplomata para resolver as coisas. Então teve essa festa e no outro dia vim embora. Mas fui para a cidade. Aí foi encontrar com ele, tinha um amigo dele que era político, Elias Pessoa de Brito, negro-índio, de cabelo mais... entendeu? Ele era muito amigo do meu pai. Quando eu morava aqui ele alugava as terras que tinham produção de coco de babaçu e meu tomava conta. Meu pai não sabia ler, mas ele fazia os negócios, tomava conta das

terras, fazia as contas e tudo. Não precisava saber ler. E quando ele vinha para cá, me deixava o dinheiro na Unes. Em 1960 e poucos ele vinha deixar babaçu, arroz, aqui. Vinha para cá e meu pai mandava o dinheiro para mim. Bom, aí sentou o senhor Elias, como nós estamos os três aqui, meu pai, senhor Elias Pessoa de Brito e eu. E meu pai e senhor Elias me convencendo para eu... o senhor Elias disse: “Você está formado, você agora é nosso médico. Você vai vir para cá, o pessoal está precisando de você aqui. Todo mundo está precisando aqui.” E realmente estavam precisando. O senhor Elias disse: “Mas você vai ser médico, vai acabar a elite política aqui...” Ele me viu desde pequeno, quando eu morava na casa da minha tia, dessa Zélia que eu chamava de tia. “E depois, eu vou eleito prefeito, pode ser na segunda ou na terceira, e passo a política para você.” Em plena ditadura, só que ele estava na Arena e eu não. Meu pai também. Já meu pai, qual foi a outra questão também? Foi lembrando um pouco da situação da minha mãe e da comunidade também. Aí é outro drama ético e existencial: “Eu sou o primeiro negro formado nessa comunidade, filho de lavrador naquela região. Estão exigindo que eu fique lá, e é necessário realmente.” Só que eu estava pensando na frente. Não sei se eu estava pensando na frente ou pensando aqui. É um drama que você tem que decidir. Porque é até um drama, aprender a ser negro é difícil também. Ninguém nunca me ensinou a ser negro, não passaram na escola, nada disso. Daí eu digo que ser negro, a identidade de ser negro é difícil, no nosso país, você ter que ter isso. Por isso que tem que repassar esse documento para a comunidade, para as crianças, para elas poderem ter identidade de negro, de índio, de tudo. Essa é minha, como professor hoje de universidade... eu sou professor e sei da formação que eu dou, que eu coloco para os alunos. Tem resistência, porque está formado de maneira diferente. Quando se é formado por cima; os médicos, quando você coloca essas coisas, têm resistência porque está formado, vem com a cabeça diferente lá de baixo, do ensino fundamental e secundário, sem ver essa dimensão da pluriétnicidade do país. E eu costumo até dizer: “Olha, esta na Constituição, nos Artigos 215 e 216. Não estou falando a toa.”

V.A. – Não entendi. O Elias Pessoa de Brito, o que ele era?

L.F. – Político.

V.A. – Ele era prefeito?

L.F. – Não. Ele era vereador há uns seis mandatos.

V.A. – Vereador de quê, de Brejo?

L.F. – De Brejo.

V.A. – Da Arena?

L.F. – Ele era do antigo PSD e estava na Arena nessa época.

V.A. – E o seu pai também era filiado a Arena?

L.F. – Meu pai não era filiado a nenhum partido. Acompanhava ele pela amizade, e a figura mais importante da eleição dele era meu pai. Mas meu pai tinha uma visão, era socialista sem ter lido Marx, sem ter lido Lênin...

V.A. – Mas seu pai fazia campanha para o Elias?

L.F. – Sim. Era o homem da diplomacia. Meu pai fazia isso. Era uma amizade de muito tempo, 30 anos.

V.A. – E o seu pai dizia que o senhor tinha que ficar lá e ser médico?

L.F. – Meu pai queria que eu ficasse lá na cidade em função da comunidade que ele via doente, que ia precisar, que precisava do meu trabalho.

V.A. – E o Elias queria que o senhor ficasse para depois...

L.F. – Ser político.

V.A. – Prefeito, porque médico...

L.F. – Ele passava para mim: “Eu vou eleito...” Como ele foi eleito prefeito. Na eleição de prefeito era ele, eu até ajudei, mas não votei nele. Falei: “Não vou votar em você. Meu voto é ideológico.” No dia que ele veio falar. Porque nós estávamos lutando contra as famílias chamadas “tradicionais” que escravizavam as populações no interior, que eu não vou enumerar quem são.

V.A. – Aí o senhor ficou com aquele dilema.

L.F. – Nesse momento.

V.A. – O senhor queria ficar?

L.F. – Não. Eu já tinha tirado, eu já tinha ido a Ribeirão Preto quando eu estava no sexto ano. Em outubro eu fui a Ribeirão Preto, em São Paulo, fiz a prova de residência na Faculdade de Medicina da USP, nas duas e passei nas duas.

V.A. – Duas por quê?

L.F. – Porque uma era na capital.

V.A. – Uma na capital e outra em Ribeirão.

L.F. – São duas. A USP tem duas Faculdades de Medicina, a antiga e a de Ribeirão. Aí eu passei nas duas. Eu fui fazer residência em Ribeirão porque tinha um professor que tinha feito lá, todos os professores tinham estagiado lá. Esse Professor Croce passou dois anos lá para ser professor de Patologia, e falava que era muito bom em Ribeirão. E por outro lado, como estudante eu ia fazer Patologia, não tinha Patologia aqui. Eu fui dois anos treinar dentro da Patologia da Faculdade de Medicina da USP em São Paulo, todas as férias eu ia para lá. Eu tinha um primo que morava lá...

V.A. – Enquanto o senhor estava fazendo aqui?

L.F. – Eu ia nas férias para lá. E tem o Projeto Rondon, que eu passei três meses lá treinando no Departamento, aprendendo a fazer necropsia. E quem me acompanhava lá era o professor Kriosh Iria [conferir]. Foi com ele que eu aprendi a fazer necropsia. E os técnicos eram negros, todos baianos. Me lembrei que a maioria deles eram baianos, pernambucanos, tudo isso. Já não lembro quais eram os nomes, muita gente.

V.A. – Então, enquanto o senhor estava fazendo Faculdade de Medicina aqui, o senhor aproveitava as férias para ir para a USP, em São Paulo capital, para estudar Patologia?

L.F. – Para treinar Patologia, fazer necropsia. Fui dois anos. Fui no quinto ano e fui no sexto ano. E aprendi. No último ano foi até no Projeto Rondon, porque eu não tinha dinheiro e aproveitei. Foi um bocado de gente para São Paulo, uns iam para [incompreensível], eu não: “Eu quero ficar no Departamento de Patologia da USP.” Bom, treinei, depois fiz a prova, passei e quando eu fui encontrar com o meu pai ali, que eles me convenceram, minha tia também, para eu ficar lá... tentaram me convencer. Eu tinha levado a passagem da Itapemirim: “Eu não vou. Já estou com a passagem. Vou ser professor. Acho que vou ajudar muito lá na frente. Em que pese o pessoal estar precisando aqui do meu trabalho de imediato.” Porque eu me lembro que eu vi a minha avó morrendo de hipertensão arterial, sinal de cachimbo, sem ter médico.

V.A. – Não entendi.

L.F. – Sinal de cachimbo.

V.A. – Como assim? Não entendi.

L.F. – Quando a pessoa está com AVC, fica com a boca torta. Aí fica com o sinal de cachimbo, você bota o cachimbo de lado e fica com a boca torta. Então a minha avó morreu de hipertensão porque não tinha médico; a minha tia que eu nem conheci, morreu no parto porque não tinha médico; e meu primo que foi criado junto comigo, Nestor, enquanto eu estava estudando aqui em São Luís, depois morreu lá com problema de diarreia porque não tinha médico no momento. Então, além de ser médico, tenho um compromisso ético. O Nestor, eu sofri muito, porque quando a mãe dele

morreu, a mãe dele era irmã da minha mãe, a irmã mais nova. Aí o marido dela deu o Nestor para a minha avó, que era mãe de meu pai e minha avó morava aqui, meu pai aqui, meu tio aqui, tudo junto. E meu pai que criava Nestor. Nestor era meu irmão. Eu senti muito quando ele morreu. Eu me lembro que meu pai disse: “Olha meu filho, o Nestor disse: ‘papai eu vou morrer porque sou pobre e não tenho médico.’” E continua morrendo gente nesse país porque é pobre e não tem acesso à saúde. Estou dizendo uma coisa, meu primo que morreu disse: “Vou morrer porque sou pobre e não tenho médico.” Mesmo com o SUS, que eu ajudei a construir, que eu participei da VIII Conferência, ainda existe gente morrendo porque não tem acesso universal, e nós estamos perseguindo isso, à saúde. Principalmente mulheres negras, por causa da falta do acesso. Então eu acho que esse trabalho que a gente está realizando, se reunindo pesquisadores, nesse sentido: tem que mudar o Estado brasileiro. A gente tem que estar lá interferindo. E ter posições solidárias. Eu não estou querendo aqui tomar a coisa de ninguém, quero é que tenha uma sociedade solidária. E que os clãs estejam abaixo da solidariedade. Entendeu o que eu quero? Para quem estuda antropologia, filosofia e política, sabe do que eu estou falando. Hoje no país é um individualismo que está tão profundo que a gente percebe isso.

Então fui para Ribeirão.

V.A. – O senhor disse para o seu pai: “Eu vou para Ribeirão.”

L.F. – Aí eu fui para Ribeirão, fiz residência, fiz dois anos e meio e depois o professor Croce me chamou, tinha duas vagas para a Faculdade e me chamou para fazer o concurso. Aí eu voltei com dois anos e meio. Fiz o concurso, passei para a Faculdade e fui para Ribeirão. Não sei se tinha discriminação, preconceito, essas coisas. Depois fui fazer a residência em Ribeirão, comecei a residência lá e sei que por preconceito não continuei lá e fui terminar na Bahia.

V.A. – Não entendi. O senhor fez concurso depois da residência?

L.F. – Não. Fui fazer a residência em Ribeirão. Aí fiquei dois anos e meio lá. Nem terminei direto porque vim para a Faculdade. Tentei voltar mais seis meses mas não deixaram. Mas eu achava que estava preparado. Aí depois eu fui fazer pós-graduação lá,

mestrado. E aí, fiz um ano, mas aí interrompi porque tive uns problemas lá e fui terminar na Bahia o mestrado.

V.A. – O senhor terminou a residência em Ribeirão em dois anos e meio, veio ser professor aqui na Universidade Federal do Maranhão por concurso para professor de Patologia?

L.F. – Concurso público para Patologia.

V.A. – Aí o senhor quis fazer o mestrado em Ribeirão?

L.F. – Fui fazer o mestrado em Ribeirão. Comecei e não terminei lá. Suspendi e depois voltei aqui, passei mais uns dois ou três anos e fui para a Bahia e terminei o mestrado. Me reinscrevi e terminei o mestrado lá em Salvador. E foi bom, em Patologia Humana. Só fiz o mestrado. Agora que eu estou fazendo o doutorado estudando a população negra. Por causa da infraestrutura da militância você não tem tempo de... não é militância no movimento negro, é militância na atuação como médico. E militância também como movimento negro. Mas a minha militância fundamental é a militância a partir da minha profissão. A partir daí você tem força para ter um respaldo. É claro que eu sabia do preconceito, de tudo isso, porque a gente tem que fazer mais que as outras pessoas se você é negro ou se você é descendente de negro, você tem que trabalhar mais do que os outros, ser mais do que os outros. Aí eu vim ser professor, fiz o mestrado em Salvador, fui orientado por um dos mais importantes pesquisadores do país, professor Zilto de Araújo Andrade, que é um pensador, patologista internacionalmente conhecido. Um dos grandes pensadores da Universidade Federal da Bahia. Uma convivência muito boa. Aprendi muita coisa com ele, não só na parte científica, mas nas outras coisas da vida. E depois voltei para cá e comecei a trabalhar, não fui fazer o doutorado. Estou fazendo agora a tese, estou trabalhando agora, estudando as comunidades quilombolas. Porque doutorado para mim independe. Eu acho que vou fazer porque tenho que fazer, mas o importante é estar na militância. Não é militância no movimento negro, é militância no movimento negro e militância na saúde. Na militância as duas coisas se juntam, no meu caso. Eu participei das VIII Conferência da Saúde, em 1986, ajudei a construir. Eu cheguei aqui e nesse período eu participei de uma chapa do Conselho

Regional de Medicina, fui secretário do Conselho Regional Maranhense de Medicina e o presidente era o professor Antônio Rafael da Silva, também professor da Universidade, e nós participamos e levamos e discutimos com a sociedade e com a comunidade a questão da saúde da população.

V.A. – O problema que o senhor estava falando de Ribeirão Preto é com relação a racismo?

L.F. – Não é que existia. O preconceito existia sutilmente. Não existia assim claramente, mas existia e lá sutilmente.

V.A. – Mas isso fez com que o senhor desistisse do mestrado lá?

L.F. – Até certo ponto teve problema, mas não foi exatamente isso não.

A.P. – Esse mestrado foi em que ano?

L.F. – Foi em 1978. Mas não foi do lado dos professores de Patologia não, foi do lado do outro professor que eu fui fazer até uma prova de Inglês.

V.A. – Professor de Inglês?

L.F. – É, que era um professor de fora. Foi do lado de um professor de uma prova de Inglês.

V.A. – O que aconteceu?

L.F. – Eu fiz a prova, sabia que passava na prova, que tinha passado, e eu acho que ele me reprovou, qualquer coisa assim. Não era fora, eu entendo as coisas. Depois eu preferi... em vez de passar eu vou terminar...

V.A. – Então o senhor fez o mestrado em 1978 e o senhor terminou em 78 na Bahia?

L.F. – Não. Aí eu parei e fui para a Bahia em 1989. Fiquei um tempo aqui trabalhando, participei do movimento estudantil...

V.A. – O senhor fez em 1978 em Ribeirão, não terminou, aí veio para cá para São Luís...

L.F. – Aí foi que eu entrei...

V.A. – No CCN que começa em 1979.

L.F. – Aí que eu comecei o trabalho com CCN. Mas em 1978 a gente já discutia essas coisas, antes de eu sair daqui. Quando eu era médico aqui a gente já discutia essas questões.

A.P. – Quem discutia e onde?

L.F. – Entre as pessoas, João Francisco e outras pessoas, a gente já colocava no grupo, não era no sindicato, a gente colocava para alguns companheiros, algumas pessoas. De leve a gente já tocava nesses assuntos, na questão do preconceito, do racismo, da dificuldade da população negra.

V.A. – Como é que o senhor conheceu o senhor João Francisco?

L.F. – Quando eu cheguei aqui, ele era da direção da Unes.

V.A. – Quando o senhor veio do Brejo?

L.F. – No movimento estudantil.

V.A. – Quando o senhor veio do Brejo para cá para o Liceu, aí conheceu, então desde aquele momento o senhor já conversava com o senhor João Francisco?

L.F. – Desde aquele momento. E aí nós fundamos o CCN, nos reunimos em 1979, antes Mundinha Araujo, João Francisco, José Raimundo Arouche, Avelino, Maria do Rosário Carvalho, Mendes, até morreu esse companheiro... Bom, uma série de pessoas. Aí nós fizemos o Centro de Cultura Negra. Em 1979 a gente vinha reunindo, primeiro no Laborarte...

V.A. – O que é isso?

L.F. – O Laborarte é uma área onde você tinha um teatro experimental, o Laborarte. É lá que a gente se reunia. E depois na rua da Saveedra, em uma casa lá, na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, SMDH. E depois lá no fundo da Igreja dos Remédios, e depois a sede ficou lá na minha casa, quando em 1979 eu estava aqui, no Parque Amazonas no Bairro de Fátima. É lá que fica a sede. Depois foi que a gente conseguiu... Construimos a instituição, fizemos estatuto, tudo isso, aí me escolheram, me indicaram para a primeira diretoria para participar como primeiro presidente. Eu nem estava querendo, eu dizia: “Mundinha, tu que tem que ficar.” Os companheiros todos diziam. Não foi uma certa imposição, uma convocação. Aí eu fiz. Aí ficou: eu presidente, a Mundinha vice, o João Francisco, o Raimundo Otonho, Rosário e outros companheiros que eu não me lembro agora. Aí fundamos essa trajetória. No dia da fundação do CCN, a minha fala foi a mesma de hoje. Foi no sindicato aqui dos sapateiros e dos lustradores, dos garçons aqui na rua de São Pantaleão.

V.A. – A fundação do CCN foi dentro do Sindicato dos Garçons?

L.F. – O espaço que a gente usou foi esse. Era dos garçons, tem um nome diferente, mas eram realmente os garçons que trabalhavam lá. Tinham uns três sindicatos. Não recordo o nome agora. A gente pode dar depois o nome. Até a Mundinha sabe direito porque ela mora lá pertinho. Ela que conseguiu, era amiga do pessoal lá e o espaço da fundação foi lá.

V.A. – Quantas pessoas foram para a fundação?

L.F. – Devia ter umas 200, 300 pessoas. doutor Cesário Coimbra, o poeta Nascimento de Moraes Silva [conferir], Raul Estimenes [conferir], doutora Maria de Aragão, uma médica, militante negra, comunista, foi presa, torturada... aqui tem um memorial Maria Aragão. É bom que você vá conhecer para ver quem é essa figura negra. O que eu disse no dia da fundação do CCN, eu repito hoje, continuo repetindo depois de 25 anos: “Negro tem que dançar tambor. É da sua cultura, não tem que ter vergonha. Negro tem que ir para sua casa de santo, para sua casa de culto. Mas negro tem que ser físico, negro tem que ser médico, tem que ser matemático, negro tem que ser empresário... para ajudar a participar, a dirigir o Estado brasileiro.” Continuo. E esse, acho que é o ponto central que nós estamos tocando.

A.P. – O senhor disse que em 1978 estava em Ribeirão Preto, São Paulo. O senhor acompanhou de alguma forma, ouvir falar da fundação do MNU em 78 na cidade de São Paulo?

L.F. – Ouvi falar, mas não tinha tempo. Eu estava estudando tanto, me dedicava tanto, porque eu estava com um objetivo. Então eu não participei. Já sabia, mas não participei. Porque antes, na minha comunidade em Saco das Almas Santa Cruz, na década de 1970, antes do MNU, nessa comunidade que foi a primeira terra desapropriada porque estava brigando pela terra lá de Saco das Almas Santa Cruz, prenderam dois líderes, João Patrício e Claro Patrício, os líderes comandantes. Todos dois eram líderes, mas principalmente o João Patrício. E aí a comunidade se reuniu lá e veio para a cidade para arrombar a cadeia, mais de 80 homens com as mulheres e tudo, porque estavam brigando pela terra. E já tinham morto o filho dele que estava quebrando coco lá nessa mesma terra Saco das Almas Santa Cruz, da qual eu sou descendente. Meu pai, eu fiquei sabendo, que ele estava na outra comunidade e não participava diretamente, mas o Claro me dizia hoje que ele vendia as coisas, bodes e tudo, e passava os recursos para o João Patrício poder lutar na Justiça. E a terra foi desapropriada no governo Castelo Branco na década de 1970, após a morte do filho de João Patrício.

V.A. – Então a comunidade agora é dona dessa terra?

L.F. – É dona. Bom, o Incra na época, em plena ditadura, fez uma desapropriação mas a comunidade saiu prejudicada. Então vamos reestudar de novo. Estamos para refazer as coisas lá na comunidade. E lá as mulheres eram importantes nessa comunidade. Uma mulher chamada Raimunda Bento era uma grande liderança na luta pela terra lá no Saco das Almas Santa Cruz.

V.A. – É por isso que o senhor disse, quando a gente estava subindo ali, que o movimento negro não começou lá no MNU em São Paulo?

L.F. – Não.

V.A. – Começou aonde?

L.F. – Começou na zona rural brigando pela terra. Foi antes do MNU. Não estou dizendo que o MNU não foi importante. Foi importantíssimo. A figura do MNU que eu respeito e reverencio é a Lélia Gonzalez, conversei muito com ela, discuti, aprendi. Para mim ela representava o negro-índio. Ela era descendente de negro e índio. Já no meu caso, eu sou de negro, índio e europeu que veio para cá, o colonizador português, é a síntese.

Tem mais coisa, não é? Aí eu vim para cá, comecei a trabalhar, fui chefe de departamento de Patologia cinco anos na Universidade Federal do Maranhão. Fui eleito secretário regional da SBPC e acho que esse encontro é importantíssimo. Tinha mais coisas para falar. Depois, em outro momento, a gente pode colocar mais coisas, porque eu tenho uma visão daqui das coisas, da pesquisa e do país atualmente. Nós temos que lutar bastante. Em que pese a boa vontade do presidente da República, das pessoas. Mas as forças que estão em volta dele impedem que ele faça o que talvez tenha nos seus sentimentos. Com viés também da leitura ideológica. Eu também estou fazendo uma leitura ideológica da posição dele.

A.P. – Mas o senhor podia falar um pouquinho para a gente sobre esse início na fundação do CCN, sobre o seu primeiro mandato, como é que se dá a estruturação do CCN, como é que atuava o CCN...

L.F. – A primeira atuação do CCN foi... Aí nós botamos Centro de Cultura Negra. Nós recebemos críticas do MNU, de algumas pessoas. Eu perguntei para um companheiro uma vez se ele tinha lido as obras de Amilcar Cabral, do Mariano de Andrade e do Agostinho Neto, para falar de cultura, porque ele pensava que a gente estava fazendo cultura pelo culturalismo. Eu vi o Amilcar Cabral dizendo: “Você vai lá em uma comunidade e você não tem que colocar o que você aprende na universidade para a comunidade. Você tem que trazer a comunidade e melhorar a comunidade.” E ele era marxista no início. Mas tem os dogmáticos até no nosso movimento. Eu falei: “Leia o Amilcar Cabral!” Comecei a ler mais para conhecer, porque não passava na universidade, ninguém lia. Eu vim ler depois, muito depois. Eu vim ter contato, porque não chegava livros aqui sobre a independência.

A.P. – Como é que o senhor teve contato com o Amilcar Cabral?

L.F. – No movimento negro mesmo, viajando para São Paulo, via um livro, eu pegava e comprava, Amilcar Cabral, Mariano de Andrade. Aliás, esse movimento de independência na África ajudou também o movimento e a luta pela democracia no país. Não foi só na comunidade negra, de todo mundo, eu acho. Na hora da fundação do CCN não tinha só negro lá, tinha gente que estava com gente lá, tinha todo mundo.

A.P. – Vocês recebiam críticas de gente do MNU na época...

L.F. – Não era crítica pela crítica não. É uma crítica porque culturalismo... tem até um colega que perguntou porque nós não entramos no MNU. Eu falei: “A gente estava aqui e já vinha trabalhando isso desde 1978.” E o primeiro trabalho que a gente fez, qual era a nossa luta aqui? É a luta da manutenção da terra, do lugar onde morar. E lugar onde morar, tanto faz ser urbano, tanto faz ser rural. No nosso caso era mais na zona rural. Então nós começamos. Primeiro nós fomos na comunidade quilombola de Mandacaru dos Pretos, a primeira denúncia que nós fizemos. Então começou aí o trabalho. E aí a gente fazia debates, fazia discussão, ia para o interior, chamava gente para vir. E aí fizemos Semana de Cultura Negra, Semana de Política Negra aqui, porque a visão que a gente tem é que a cultura está dentro da política e vice-versa.

V.A. – E por que foi essa opção da propriedade, da terra?

L.F. – A opção pela propriedade, porque o que a gente percebe? E eu já aprofundi mais isso. Com a posse terra, de preferência que seja coletiva...

[FINAL DA FITA 1 – B]

2ª Entrevista: 09/09/2004

V.A. – Então professor, ontem nós tínhamos ficado falando sobre como que o Centro de Cultura Negra do Maranhão começou sua luta ancorada à questão da propriedade da terra, à questão das terras de negro. Por que isso era importante, o senhor ia então explicar por que essa questão da propriedade da terra era uma estratégia de luta naquele momento.

L.F. – Primeiro porque naquele momento a gente considera que o local onde se mora é um local de vida de qualquer povo, de qualquer população. Partindo da minha experiência de nascer na roça, em uma comunidade na Chapada de remanescentes de quilombolas, a gente, a partir da luta, da fundação do CCN, da qual nós participamos ativamente com os outros companheiros, Mundinha Araújo, João Francisco e outros companheiros, e considerando que naquele momento, há 25 anos, como ainda hoje, grande parte da população maranhense é negra – hoje em torno de 78 a 80% – e ela ainda vive hoje, naquela época há 25 anos vivia praticamente nos remanescentes de quilombos e nos aglomerados urbanos que vieram do interior... E a posse da terra desses quilombos hoje é uma sobrevivência para essa população. Partindo do princípio de onde eu vivi e de onde eu venho estudando. Da minha vivência e dos meus estudos andando nas comunidades quilombolas até o momento em que eu participava. Então eu parto do pressuposto de que a vida, a saúde, a convivência humana na nossa realidade, ela pressupõe a posse da terra. De preferência coletiva. Ao desapropriar uma terra de remanescentes de quilombos hoje a gente sugere que seja coletiva, que não se fragmente, porque a população é que vai sofrer mais na hora que se fragmenta por lote.

V.A. – Por quê?

L.F. – Porque um vende, se separam, e desagrega o clã, não digo o clã, desagrega a solidariedade que tinha entre os ancestrais da população negra. Isso quebra um pouco. Porque aí um diz: “Eu quero mais dinheiro...” Aí o capitalismo entrou no meio e o interesse maior do recurso, do dinheiro... Então eu acho que naquele momento a gente sabia, de viajar, de conviver, que a maioria da população do Maranhão, que é negra, viviam e vivem nas comunidades remanescente de quilombos. Então esse é o pressuposto básico. Eu costumo dizer como médico, como pesquisador da área da saúde pública, que para a saúde da população como um todo é necessário o lugar onde vive. Do ponto de vista ambiental, do ponto vista das suas relações com a natureza. E isso existia profundamente nas comunidades remanescentes de quilombos nesse estado. Que ultimamente vem sendo quebrada por causa da pressão da grilagem, não digo da grilagem, mas do capital querendo comprar e avançar nas terras quilombolas, tanto faz no serrado como na Amazônia maranhense. Esse é um ponto central de sobrevivência. É um ponto de sobrevivência da população. Quer dizer, você tem a produção de alimentos ali. Por exemplo, nessas comunidades quilombolas qual é a principal produção? Mandioca, para produzir farinha, para produzir beiju. Mandioca para produzir farinha d’água aqui na região do amazonas e farinha branca lá no Vale do Parnaíba. E a macaxeira. Então é a sobrevivência dessa população. Aí você pressupõe por exemplo, na nossa realidade maranhense, tem poucas pesquisas, pouco apoio para as comunidades rurais quilombolas até o momento. É claro que estão sendo implementadas políticas, mas essas políticas às vezes não chegam lá. Elas precisam ter um maior controle social porque todo mundo depende da produção da mandioca, às vezes do arroz e do feijão. Principalmente da mandioca.

V.A. – Tem poucas pesquisas agronômicas? É isso que o senhor diz, ou não?

L.F. – Tem pouca pesquisa nessa área de plantação, de tudo isso. Veja só: no serrado, por exemplo, está lá a Embrapa pesquisando soja, pesquisando milho, pesquisando tudo, e lá em baixo, a 5 Km, tem uma comunidade quilombola ali onde eu nasci e a Embrapa não tem lá nem um agrônomo, nem nada. E ainda com recurso do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, e os caras estão jogando os agrotóxicos de avião e cai lá em baixo, que é em declive, no rio. Estou só colocando como são as contradições da nossa

realidade. Na medida que a população sabe os seus direitos... O primeiro trabalho... E a gente pressupunha a melhoria da qualidade de vida dos quilombolas, com a educação, com saúde. Não é que eles fossem ficar lá para se olhar como turismo não. Pode até fazer turismo em uma comunidade quilombola, mas não é isso. O objetivo é que tivessem todos os direitos: educação, saúde, tudo isso que não tem. Veja que nós fizemos um congresso a uns cinco, seis meses em Codó da Aconerug, Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, e tinha muita gente lá. E Codó é praticamente 100% da população negra. E você a qualidade de vida daquelas comunidades como é. É uma violência profunda nas comunidades quilombolas. Então a gente sabe que precisa ter uma intervenção, principalmente no Maranhão. Porque aqui a educação é pouca, quebra... os direitos que estão na Constituição são pouco assegurados. Claro, na medida em que surgiu o CCN, surgiu a Aconerug a partir do CCN – foi o CCN que ajudou a fundar a Aconerug – e aí eu acho que daqui para frente nós começamos a retornar as nossas diretrizes. Por isso que a gente está fazendo pesquisas nesse encontro de pesquisas, que eu sou a favor de maneira afirmativa. Mas eu acho que a pesquisa tem que estar dentro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. É lá que nós temos que debater. É lá que estão as outras etnias, as outras pessoas. É lá que nós vamos discutir como um todo. Claro, nesse momento é importantíssimo você fazer isso, é importante você falar. Eu falo isso porque eu fui secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência aqui em São Luís. E eu via a fragilidade que tem a representação da população negra nos órgãos de pesquisa. Não existe. E há uma resistência de alguns grupos em função de fazer as coisas nessa área. Então eu acho que nós vamos ter que dialogar com os órgãos de pesquisa.

V.A. – Quais grupos que têm resistência?

L.F. – Não vou dizer o grupo de resistência porque eu não posso, a gente não pode...

V.A. – Sim. E quais são os argumentos desses grupos?

L.F. – Não há um argumento. Primeiro há o argumento da universalidade, que não é... o direito universal não existe na nossa realidade. E o argumento da própria formação das

peessoas. Muitos nem tem resistência deliberada, é inconsciente, porque está lá: “Eu tenho aqui meu grupo, vou fazer isso. Não vou liberar pesquisa para esse lado.” Quer dizer, há o inconsciente, mas há o consciente no sentido disso. Então acho que é isso. Por que a gente foi fazer nas comunidades quilombolas? Porque a partir de lá, na medida em que você educa a comunidade, porque eu fui um primeiro médico no século XX a se formar na minha comunidade. Eu podia estar do outro lado. A outra pessoa da minha comunidade, doutor Domingos Dutra, que já foi deputado federal, foi deputado estadual, foi vice-prefeito de São Luís, atualmente é deputado estadual. Somos nós dois a duas figuras mais conhecidas, não digo representativas porque representativos são nossos ancestrais que eu considero, meu pai, minha avó, e tudo. Domingos Dutra, atualmente é deputado federal. Então eu luto aqui pelo lado da pesquisa, da saúde e educação. Quem primeiro denunciou, primeiro colocou a questão dos quilombos na base de Alcântara foi o Centro de Cultura Negra. Primeiro fomos nós que fomos lá com a comunidade, principalmente a companheira Mundinha Araújo que estava lá com outros companheiros. Nós estávamos lá ao lado deles. E depois, trabalho há vinte anos. E o Dutra, como advogado, é o advogado da comunidade há mais de trinta anos. Então ele está do mesmo lado.

V.A. – Ele é negro?

L.F. – Negro, da comunidade Saco das Almas Santa Cruz. Foi deputado federal do PT. Eu acho que é isso que a gente tem que fazer, a gente tem que, a partir da comunidade... e veja só: quando nós fundamos o CCN, o primeiro trabalho que nós fizemos foi... estavam querendo tomar as terras de uma comunidade negra lá perto de Caxias, Mandacaru dos Pretos, e aí foi lá a companheira Mundinha Araújo e a companheira Sílvia. Na medida em que chega uma pessoa lá que é da cidade, ajuda aquela comunidade porque inibe até certo ponto. Havia umas terras aqui em Bom Jesus dos Pretos em Lima Campos que queriam tomar também, que uma família de escravocratas tinha deixado, e eu até encontrei o senhor Edésio, que era o líder de lá. E ele dizia: “Não quero que desaproprie a terra fragmentada.” O africano tinha a terra como um tudo, não tinha a terra como um pedaço, um fragmento. O uso era comum. O uso é comum na minha comunidade. É uso comum. Na medida em que entram as contradições do comércio, tudo isso, aí modifica. Então eles desapropriaram e hoje está fragmentada

Bom Jesus dos Pretos. E havia um grupo de fazendeiros próximos que queriam tomar as terras, que eram terras boas. O que nós fizemos? Houve uma semana aqui que eu dirigi, reunião norte-nordeste dos negros, e eu levei vários, peguei um ônibus e passamos o dia lá, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Carlos Moura, Joel Rufino, e mandei anunciar na região que tinha doutores a favor dos negros lá. Isso é importante. É a relação de poder...

V.A. – Esse foi o Encontro Norte-Nordeste?

L.F. – Que teve aqui.

V.A. – Quando foi?

L.F. – Não me recordo.

V.A. – Porque em 1983 foi o III, deve ter sido o primeiro ou o segundo.

L.F. – Foi o segundo. Eu tenho as fotografias.

V.A. – Deve ter sido ainda na gestão do senhor.

L.F. – Foi na minha gestão, já terminando.

V.A. – O senhor ficou em 1980-82 no CCN.

L.F. – Eu ainda tenho as fotografias. Deve ser 1980-82. Então é esse que eu fiquei. Depois vai Mundinha Araújo. Vocês já...

V.A. – Vamos falar com ela amanhã.

L.F. – Então acho que o problema das terras é um problema sério. E continua hoje o problema das terras. Veja que nós temos... o Incra pediu para relacionar as comunidades quilombolas, e eu me reuni com a Aconerug e uma equipe técnica do estado para ver no

ano de 2004 as comunidades que precisavam ser desapropriadas urgentemente. E mandamos. São 330 para esse ano. E a minha comunidade de Santa Cruz, que foi separada, foi desapropriada, então é onde eu vou trabalhar. Saco das Almas já tinha sido desapropriada na década de 1970. Porque a questão da terra é questão de sobrevivência não só dos quilombolas, mas de quem está aqui na zona urbana. Você vai no bairro da Liberdade, e grande parte das pessoas que foram deslocadas da base de Alcântara, que tinham lá as comunidades do local perto do rio, que tinha comida, tinha tudo isso, estão fora. Fizeram agrovilas. E aplicaram um milhão, não sei se é um milhão de dólares, e a população está lá um pouco mal assistida, eu vi. Teve até um filme apresentado na SBPC de Mato Grosso, da professora Maristela Andrade e do cineasta Murilo Santos sobre a população negra de Alcântara.

V.A. – Sobre a agrovila?

L.F. – Sobre a agrovila e a população de Alcântara. Então é uma situação emblemática, porque eles querem deslocar outras pessoas também lá. E as pessoas dizem: “Como é? Se me bota na agrovila eu estou fora do camarão, fora disso... fora de ter o camarão onde eu posso pescar e tenho comida todo dia.” Então essa é a situação da terra. Até porque do ponto de vista de viver, tanto faz se é quilombola ou não, o local de morar é importante para qualquer ser vivo. Não vê o João de Barro? Está lá o João de Barro lá naquela casinha dele.

V.A. – Então essa foi a estratégia de luta decidida pelo CCN no início?

L.F. – Estratégia de luta a partir daí. A partir da luta pela posse da terra, fazendo a ponte: urbano-rural e rural-urbano. Não é só urbano. Urbano-rural e rural-urbano, essa é a estratégia. E a estratégia de explicar, desconstruir do ponto de vista histórico o que estava construído. Fizeram cartilhas e tudo mais para poder colocar o que era a abolição, como é que foi, e tudo isso.

V.A. – Então a sua gestão foi marcada por esse primeiro passo, por esses dois primeiros passos, não é?

L.F. – Era por aí que a gente começava a fazer essas coisas, porque era no início, não é? E viajando quando era possível, porque nós estávamos começando, nós estávamos iniciando, vendo, em plena ditadura ainda. Tanto que no dia da fundação a gente ficava preocupado: “Será que eu vou sair daqui para casa ou para outro lugar?”

V.A. – Teve momentos de repressão?

L.F. – Não teve não, mas a gente estava em um momento de...

V.A. – Estou perguntando isso como interesse mesmo, para saber.

L.F. – Não houve repressão assim não. A gente adotou uma estratégia que não havia motivo. Claro que devia haver, mas não houve. Eu não senti em nenhum momento. Mas a gente estava em pleno momento de repressão nacional. Talvez a nossa estratégia de fazer aqui tenha valido. Mas era um ato político. A fundação do CCN foi um ato político para levar a consciência e discutir a consciência do valor da população negra e do valor do negro na sociedade brasileira, e reivindicar, lutar pelos seus direitos. Aí vem a diretoria da Mundinha, aí vem o Magno, aí a coisa avançou. A primeira etapa foi assim. E no momento quem ajudava o CCN era quem tinha mais recurso. Era o princípio da solidariedade. Quem ganhava mais é que dava para viajar, tudo isso, até arrumar recursos. Claro que a gente arrumava alguma coisa aqui, a Universidade participou também, o Departamento de Antropologia e Sociologia participou nessa época. A gente teve estratégia. Como eu era da Universidade, tivemos estratégia da Universidade ajudar um pouco.

V.A. – Mas ajudou como o Departamento de Antropologia?

L.F. – O professor José Carlos Saboia, que é do Departamento, participou da primeira abertura, porque ele disse: “Luiz, você saiu da zona do mato para a História. Quando estava fundando o CCN você começou a entrar na História.”

V.A. – Ele esteve no ato?

L.F. – No ato de abertura da fundação, quando eu comecei a falar. Ele falou e eu falei por último. Ele falou da importância do ponto de vista político, cultural...

V.A. – E ele é negro?

L.F. – Como eu. Da minha cor. É negro também.

V.A. – Mas o Departamento de Antropologia ajudou financeiramente?

L.F. – Financeiramente não. Ajudava mais só com apoio estratégico. As pessoas participavam...

V.A. – E como é que o CCN se manteve no início?

L.F. – No início com a contribuição das pessoas que tinham mais recursos. Era eu, no grupo, como médico e professor... Foi em 1979, eu era médico do Ministério da Saúde, tinha feito três concursos, em dois concursos passei, era médico. O salário naquele momento era razoável em relação aos outros salários. Era baixo, mas era razoável, e era professor. Então a partir daí a gente ajudava. Eu contribuía mais porque ganhava mais. A Mundinha também contribuía, o João Francisco... cada um contribuía. Quem não podia contribuir, contribuía com o seu trabalho, com as atividades. Mas era assim que funcionava no início. Depois quando organizou, aí começava... Hoje o CCN realmente tem respeito nacional pelo trabalho, desde que começou esse trabalho. E é seguido por muita gente, por muitos movimentos no país todo. Pelo menos no que diz respeito à questão da terra, a questão quilombola, nós fomos os pioneiros. Porque partíamos desse pressuposto. Porque a primeira luta pela terra aqui braba foi nas décadas de 1960 e 70, lá no Saco das Almas Santa Cruz, onde foi preso o João Patrício que era primo do meu pai. Aí foi preso em Brejo, mas não saiu no jornal. Mas vieram 60 homens e mulheres para tirar ele da cadeia, quebraram a cadeia lá em Brejo. E tinha uma mulher importante, Raimunda Bento, que eu já falei. Então as mulheres participaram bastante. Esse é o ponto importante. E a partir daí o CCN evoluiu bastante e hoje está muito bem. Eu acho que está fazendo um trabalho muito bom. Aí eu digo para eles que o debate é político. Nós temos que ter incisão na sociedade, participar do poder. Essa é a minha

visão. Nós somos 46% da população, segundo o IBGE. Então temos que formar gente. Minha primeira fala, eu já até falei, “temos que ter negros médicos, temos que ter negros físicos, matemáticos, geólogos, advogados, juízes, mas dançando, não perdendo a sua identidade cultural.” Que eu acho que agora está sendo construída, porque é difícil ter sua identidade cultural no país que a gente está. Inclusive eu, para ter a minha identidade cultural, porque não tive nada, assim muito pouco sobre os valores da cultura negra, não tive na minha formação desde o primário, do fundamental até a universidade. Na universidade só falavam em Lima Barreto, mas não falavam a importância dele; Machado de Assis; Gonçalves Dias que representava as três etnias, negro, índio e europeu que vieram para cá, é importante, é a síntese. Iam lá no José do Patrocínio, mas não colocavam a luta, não contextualizavam a luta. Agora eu acho que nós que temos que construir isso. 13 de maio: o 13 de maio para nós é uma bandeira de luta. Então eu acho que é essa a história da nossa luta. Já eu me pautava na luta dos meus, percebendo ainda jovem como é que era luta lá, como é que eu vivia. Lá na fazenda Santa Cruz, ainda tenho cinco tios, irmãos do meu pai. Era semiescravidão. Foi feito um vídeo da rede *Globo* e tinha até uma época dessa, a professora Lena Castelo Branco me fez uma carta, ela era professora de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, para ver se a gente conseguia fazer dessa fazenda um grande centro de pesquisas de botânica. Uma ideia muito boa, mas ela não é a herdeira, os herdeiros são outras pessoas. Mas ela conseguiu tomar os prédios antigos. E eu estou agora, nessa fazenda onde estão os meus parentes mais próximos, inclusive a presidente da associação é uma prima minha, filha de uma irmã de minha mãe, é professora e está lá; vamos fazer lá um trabalho de saúde e educação, porque eu estou tentando fazer um estudo da qualidade de vida, um estudo completo das comunidades. Vou pegar dez comunidades quilombolas e estou fazendo um projeto para estudar as dez, para ter um modelo de atuação onde entre a Educação, onde entre as Ciências Aquáticas, a parte da água que tem um curso aqui, a Geografia, a Biologia, Artes, Comunicação, Saúde, Turismo... Na Saúde entra a parte de imediato para estudar a hipertensão, a anemia falciforme, a desnutrição, as doenças das mulheres, o câncer do colo uterino... Precisa porque a comunidade não tem acesso, apesar do Sistema Único de Saúde ser importante, mas no Maranhão o estado ainda não está credenciado totalmente junto ao Ministério. Então quem sofre são as comunidades negras quilombolas. Daí a importância da gente... E eu acho da maior importância o governo ter construído, e eu ajudei a construir com outros companheiros, o tema da

Saúde da População Negra dentro do Ministério da Saúde, dentro da sociedade, que é fundamental; uma especificidade dentro do conjunto do SUS, isso é importante, como tem do indígena. Então eu acho que é isso Verena e Amilcar, o pressuposto é esse, porque a luta urbana é uma coisa. Agora, de 1979 para cá, piorou a situação porque a população não tem renda, não tem educação direito e está um vai-e-vem para lá e para cá dos quilombolas.

V.A. – A população o quê?

L.F. – Diminuiu a renda, as políticas sociais não chegaram até ela. Entrou muito recurso no estado, mas as políticas sociais não chegaram às comunidades quilombolas e elas estão em uma situação difícil. Quando eu vejo a saúde pública, por exemplo, vou pegar só uma doença: a aids diminuiu um pouco, não é que diminuiu, está um pouco estabilizada na região sudeste, aumenta no sul, mas a tendência é aumentar muito mais no norte e nordeste. Quando você vê aqui no Maranhão, o que eu vejo é a fragilidade, a minha preocupação é com a população mais vulnerável a ter aids porque não tem as informações adequadas, apesar de ter o programa que está sendo implementado, será a população negra desse estado e do país. A terra tem trabalhos demonstrando que a população negra é que está tendo mais aids no momento. Pelas condições sociais, pelos preconceitos e o racismo que existe, velado muitas vezes. Essa é a situação da nossa realidade. Por isso a importância, e eu digo: o local onde morar para a população negra no Brasil, quer urbana, e na nossa região nordeste, os quilombolas, é fundamental para a vida. Veja, se você está na comunidade e os caras estão querendo tomar a terra, como é que fica aquela população que é idosa? Aumenta a pressão, fica estressado. São as coisas de quê? Das contradições. E o plantio, a monocultura que está sendo implantada no vale do Parnaíba está levando estresse à população dessas regiões. Eu estou sabendo porque estou lá estudando. A população está vindo para as cidades e formando as favelas nas pequenas cidades do baixo Parnaíba e nas outras regiões. Além do mais, se fizer também aqui, que querem botar uma siderurgia aqui na ilha, que do ponto de vista técnico-científico, não suporta porque botaram a Lumar. E havia um laudo técnico da própria Secretaria de Meio Ambiente dizendo que aqui não suportava uma usina do porte da Lumar e colocaram. A população a ser deslocada, a ser agredida é a população negra, cabocla e quilombola da região em volta. Então esse é um dado.

V.A. – Então está ótimo, perfeito. Era essa a parte que a gente tinha ainda deixado...

L.F. – Eu falei que fui secretário da SBPC?

V.A. – O senhor mencionou isso sim.

L.F. – Fui secretário da SBPC, e aí que eu percebi a importância da gente ter não só gente da área social – temos grandes pesquisadores negros da área social, antropólogos... avançou bastante. Mas tem que haver esse diálogo mais com as áreas da saúde e tecnológicas também. Até nas universidades tem maior recurso, tem maior poder de fogo político. Eu fui, por exemplo, chefe do Departamento de Patologia da Universidade Federal do Maranhão quatro anos e um ano substituindo... eleito por meus pares. É o mais antigo departamento, que o chefe era aquele professor Croce do Rego Castelo Branco. Um dia ele me disse: “Luiz, vai fazer teu curso, que quando você voltar vai dirigir o departamento.” Eu era monitor de Patologia. Conversava muito, uma pessoa de origem daquela população de lá. Mas era uma pessoa, um homem com quem eu tinha uma relação muito saudável, uma pessoa que não tinha ambição por subir. Então eu fui chefe de departamento e imprimi as discussões nesse nível. Fiz dois seminários de anemia falciforme no departamento. Foi a época que eu produzi mais cientificamente, quando eu era chefe do departamento. Dirigi o laboratório, eu tenho um laboratório de pesquisa onde eu estudo, minhas pesquisas direcionadas só para a população. Eu não fiz doutorado, estou estudando agora, mas a minha tese de mestrado foi estudando uma doença, que é uma verminose que dá principalmente nas crianças pobres. E quais são as crianças mais pobres? Negras que vivem nas periferias das grandes cidades. Quer dizer, uma doença que dá em ratos de esgoto. O rato de esgoto é o hospedeiro, e as crianças no lixo, discutindo, se contaminam.

V.A. – Qual é o nome da doença?

L.F. – Capilária hepática. Eu trabalhei com coisas sofisticadas: desde pegar os ratos de esgoto lá nas ruas de Salvador, até trabalhar no microscópio eletrônico para fazer a tese. Então, eu costumo dizer que, como eu nasci na roça, minha trajetória é da roça ao

microscópio eletrônico. E costumo dizer que não sou um grande pesquisador, apenas sou um militante tentando, e até pela militância a gente tem que estar na luta. Ajudei na construção do mestrado de Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão, primeiro mestrado na área de Saúde, e está funcionando. Eu sou professor do mestrado. E lá nós temos uma aula, temos um tema sobre saúde da população negra. Negra e indígena, para poder pegar as duas populações. Então eu acho que é mais ou menos isso.

V.A. – Está ótimo. O senhor pode deixar comigo esse currículo? É do Lattes? Então eu tiro do Lattes.

L.F. – Pode pegar.

V.A. – O senhor pode me dar ou não?

L.F. – Você pode tirar? Dá para tirar?

V.A. – Dá. Isso aqui é currículo Lattes.

L.F. – Esse é o mais novo, o mais recente.

V.A. – Podemos encerrar? O senhor vai falar mais alguma coisa?

L.F. – Olha, eu acho que a gente tem que encerrar colocando que, primeiro, a melhoria, a maior inclusão do negro na sociedade brasileira passa pelo fortalecimento da universidade pública. Se não fosse a universidade pública...

[FINAL DO DEPOIMENTO]